

SESSÕES DO PLENÁRIO

7ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 27 de fevereiro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Álvaro Gomes, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Mário Negromonte Jr., Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araujo, Uziel Bueno, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (52)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Considerando a presença de 48 Srs. Deputados, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(Leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. José de Arimatéia, comunicando sua ausência da sessão no dia 21/02/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Delegado Deraldo Damasceno, comunicando sua ausência da sessão no dia 18/02/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

Concedo a palavra a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Sr. Presidente, nobre deputado Álvaro Gomes, senhoras deputadas, neste exato momento representadas pela nobre deputada Luiza Maia, representante da cidade de Camaçari, defensora da luta pelos direitos da mulher, nobre querida deputada. Srs. Deputados cumprimento também os funcionários desta Casa Legislativa, Imprensa que se faz presente, todas as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia, com audiência crescente em todo o Estado a olhos vistos, o que nos deixa muito felizes, principalmente para que haja maior fiscalização dos trabalhos dos deputados deste Poder Legislativo.

Hoje, pela manhã, vivenciamos o início dos trabalhos na Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pelo nobre colega deputado Uziel, quando tivemos uma manhã de bastante trabalho, nobre deputado Pedro Tavares - V.Ex^a que presidiu durante o ano passado tão importante Comissão, onde discutimos o tema da cobrança dos estacionamento nos *shopping centers*.

Acho que esse é o caminho, esse é realmente o trabalho que tem de ser feito. O dinamismo, deputado Uziel, que V.Ex^a traz de sua vida pessoal para esta Casa Legislativa, principalmente para aquela Comissão. Tenho certeza absoluta que faremos dali um “berço” de grandes discussões e de bastante trabalho.

Quero aproveitar o tempo que resta para discutir um tema. Presidi ontem a sessão e tive que ser o mediador do embate entre deputados da base do governo e de Oposição, utilizando instrumentos do Regimento Interno.

Naquele momento, enquanto dirigia os trabalhos do Poder Legislativo, agi com bom senso, e é assim que sempre irei agir quando estiver sentado naquela cadeira, representando o nobre deputado Marcelo Nilo. Não cabe ao deputado que preside a sessão adivinhar que pensamento os nobres colegas irão utilizar ao fazerem a questão de ordem. Mas cabe a ele ter o bom senso de julgar procedente ou não, ouvir os dois lados.

Este sempre será o meu posicionamento todas as vezes em que estiver sentado, presidindo a sessão, seja ordinária ou extraordinária. Sabemos das dificuldades, sabemos que esta tribuna é o palco e será o palco neste ano de grandes discussões.

Acredito e tenho esperança de que este será um ano de muito trabalho, um ano em que o Estado avançará bastante. Inclusive teremos amanhã, pela manhã, uma reunião de trabalho e tenho certeza absoluta que serão apresentadas aos deputados as metas para 2013. Mas, tenho ouvido o governador Jaques Wagner, o vice-governador Otto Alencar, que também é um guerreiro incansável, pois luta e trabalha todos os dias para a melhoria do nosso Estado. É isso que o coloca nas pesquisas eleitorais muito bem posicionado.

Então, ficamos felizes, satisfeitos e cheios de esperança, nobre colega deputado Rogério Andrade, de que o ano de 2013 será um ano em que iremos colher os frutos plantados em 2011, colher os frutos plantados em 2012, e que será, com certeza, um ano de grandes realizações, um ano de muito trabalho e um ano em que a Bahia vai caminhar, vai andar cada vez mais para frente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nobre deputado Cacá Leão, pediria a V.Ex^a que assumisse a presidência para que eu possa fazer uso da... Ah, o deputado Rogério pode substituir-me aqui.

Enquanto isso, convido o deputado Carlos Geilson para fazer uso da palavra.
(Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, V.Ex^a não quer que eu encarne aqui o deputado Targino Machado, não é? Com certeza lhe traria dores de cabeça.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputadas, eu venho a esta tribuna para dizer de uma saudade que toca no meu coração. De uma saudade que invade, neste momento, o meu ser, a saudade do antigo PT, a saudade do antigo PCdoB. Os vigilantes de empresas particulares, dos bancos, de órgãos públicos estão em greve. E, lamentavelmente, não vi aqui desta tribuna o deputado Álvaro Gomes levantar-se em defesa dessa categoria, uma categoria que reivindica o que foi aprovado e sancionado pela presidente Dilma Rousseff. Os vigilantes do nosso Estado deflagraram greve por tempo indeterminado no dia de ontem. E o que é que eles reivindicam? (Lê) *“Em dezembro do ano passado, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei 12. 740/2012, que estende o adicional de 30% de periculosidade aos vigilantes e seguranças privados, devido ao risco de roubos ou outras espécies de violência física.”* As empresas precisam pagar essa taxa, desde dezembro do ano passado, justamente quando a lei foi sancionada. É o que defende o presidente da categoria José Boaventura.

Os vigilantes, lá na minha cidade Feira de Santana, pararam a Universidade Estadual, que está sem aulas, alguns bancos não funcionaram no dia de ontem, e fizeram uma manifestação em Salvador, numa caminhada no Comércio, deixando o trânsito lento. Prometem para hoje uma manifestação, às 5 horas da tarde, nas imediações do Iguatemi. São vigilantes das empresas Vipac, MAP, MF, MJR Prosegur, Escolta VIP e a Java.

Aqui eu quero prestar a minha solidariedade a esses trabalhadores que arriscam suas vidas, que trabalham em bancos – vejam, Srs. Deputados, Srs. Deputados, trabalhar dando segurança a bancos, do jeito que os bancos são assaltados, esses pais de família realmente correm risco e precisam dessa taxa, desse acréscimo de 30% devido à periculosidade do seu trabalho.

Quando eu digo que sinto saudade do antigo PT e do antigo PCdoB, que não mais se incorporam nessas lutas, que não mais vão para as ruas defender essas bandeiras dos trabalhadores. Nós estamos vendo aí agora a categoria dos vigilantes está órfã. Antigamente, qualquer movimento em porta de fábrica lá estavam militantes do PCdoB, lá estavam militantes dos trabalhadores. Os tempos são outros. Eles estão encastelados, acomodados em suas poltronas confortáveis, não querem

mais ir para o sol, para a chuva, para a poeira. Eles querem agora as benesses do poder.

O PCdoB, que vive a reboque do Partido dos Trabalhadores, é um partido satélite, deveria encampar essas lutas. E aqui quero prestar a minha solidariedade aos vigilantes e dizer que nós apoiamos essa luta justa, é uma reivindicação meritória, porque eles estão reivindicando o que têm direito. Está na lei 12.740/2012, sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

Portanto, meu caro presidente Rogério Andrade, muito obrigado. Eu o perdoo pelo equívoco, mas V. Ex^a falou de um grande parlamentar que, com certeza, vai me substituir nesta tribuna, que é o ex-comunista ortodoxo, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Carlos Geilson, gostaria de deixar registrado aqui que é sempre um prazer imensurável vê-lo discursando nessa tribuna.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje tivemos algumas reuniões, como na Comissão de Defesa do Consumidor, e diversas comissões foram instaladas. Houve um debate, uma reflexão na Comissão de Defesa do Consumidor e eu aqui reafirmo o que disse lá. Precisamos, nesta Casa Legislativa, movimentar e exercitar o nosso papel de legislador. Não podemos ficar nesta Casa, passar anos e anos sem apreciar e votar proposições. Evidente que já votamos algumas proposições aqui, já tivemos avanços nessa área, mas é preciso avançar muito mais e cumprir o efetivo papel do Legislativo, ou o principal papel, que é exatamente o de elaborar, apreciar, debater e votar proposições.

Nós temos muitas dificuldades, deputado Joseildo, V. Ex^a que é agora o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e que também se esforça nessa linha de votar projetos de deputados, quebrando algumas dificuldades que existem.

Nós temos aqui muitas dificuldades e muitos dos projetos são de competência exclusiva do Executivo, do governador, por exemplo, projeto que versa sobre o funcionalismo público, projeto que gera despesa. E a margem de legislar para nós parlamentares é muito pequena, daí porque precisamos quebrar, superar alguns obstáculos e precisamos avançar naquilo que é competência nossa. Por exemplo, Defesa do Consumidor é uma área ampla, é uma área que cabem diversas proposições e que podemos discutir, aprovar. Se aqueles que tiverem seus interesses contrariados quiserem questionar, apelar para o Supremo, aí fica a critério de cada um, mas nós temos que cumprir aqui o nosso papel, buscando votar projetos relativos, por exemplo, à defesa do consumidor.

Nesse aspecto, inclusive, há um projeto que pode ser questionado, mas até o momento não foi questionado na comissão que debate, que discute a questão, que é a Comissão de Constituição e Justiça. O projeto que proíbe cobrança em estacionamentos em shoppings, de nossa autoria, foi aprovado na Comissão de

Constituição e Justiça por unanimidade, foi aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor por unanimidade, comissão que o deputado Carlos Brasileiro foi o relator, na de Constituição e Justiça foi o deputado Carlos Geilson, aprovado por unanimidade.

Mas devemos aprovar proposições desse tipo. Se essas proposições serão questionadas mais na frente, aí é outra questão, mas nós não podemos deixar de dar a nossa contribuição na luta em defesa do consumidor e em defesa da sociedade. Por isso eu acho que devemos refletir mais e aproveitar mais essa questão da defesa do consumidor. É polêmica? É. Há, inclusive, juristas que defendem uma tese e juristas que defendem outra tese, como por exemplo aquela questão da tarifa assinatura, o presidente do Supremo Tribunal na época...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Álvaro.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...)Aires Brito, que é considerado um dos maiores constitucionalistas da história do Brasil considera que é constitucional. Então, entre o próprio Supremo há polêmica. E aí? Nós vamos ficar em defesa do consumidor ou em defesa do outro lado? Nós temos que ficar em defesa do consumidor.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Leur Lomanto Junior. Confesso, deputado, que já estava ansioso para vê-lo retornar a esta tribuna.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro gostaria de dizer que com muita satisfação hoje assumi a presidência da Comissão de Meio Ambiente nesta Casa, sem sombra de dúvida uma das principais comissões deste Parlamento, que tem a função de estar acompanhando as questões ambientais de nosso Estado, assim como acompanhar os problemas da seca e dos recursos hídricos, e inclusive neste último ano a Bahia vem enfrentando uma das piores secas da história deste Estado e que nossa Comissão terá a importante função de acompanhar e fiscalizar as ações do Governo do Estado com relação à seca.

Mas, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, chamou-me a atenção, ontem, uma reunião realizada pelo Governador Jaques Wagner com a companhia dos prefeitos de Itaparica, Vera Cruz e também com a participação do prefeito de Salvador, deputado Rogério Andrade, firmando um pacto com os prefeitos envolvidos na obra que o Governo do Estado tanto faz propaganda, a ponte Salvador/Itaparica.

O que me preocupa, deputado Rogério Andrade, V.Ex^a que também tem uma atuação política muito forte naquela região, é que eu esperava que essa reunião fosse para levar soluções aos graves problemas que se vem enfrentando lá. E falo especificamente do município de Itaparica, que represento politicamente, sempre lutando e trabalhando, ao lado do prefeito Raimundo da Hora, pelo seu crescimento.

Preocupo-me porque Itaparica passa por problemas gravíssimos. Para vocês terem uma ideia, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputado Gaban, aquela cidade, que é um dos

grandes atrativos turísticos do nosso Estado, com suas belíssimas praias e um povo maravilhoso, não tem saneamento básico nas suas principais praias. E o que acontece? O esgoto é jogado no mar.

Já estive diversas vezes em Itaparica, deputado Uziel. Fico preocupado porque considero que o governo do Estado tem de assumir a discussão acerca desses problemas antes de discutir a ponte Salvador – Itaparica. E não é possível se contratar uma consultoria de R\$ 40 milhões, sem licitação, pois tivemos acesso, pela imprensa, à informação de que a Fundação Getúlio Vargas poderia fazer a mesma consultoria por R\$ 7 milhões.

Tanto dinheiro está sendo gasto, mas Itaparica continua esquecida nos seus graves e principais problemas. Citei o saneamento, mas poderia ter mencionado também o *ferry-boat*, deputado, V.Ex^a que é presidente, agora, da Comissão de Defesa do Consumidor. Esse é um problema que vem se arrastando ao longo dos últimos anos sem ainda ser encontrada uma solução imediata e definitiva para ele.

Então venho a esta tribuna nesta tarde de hoje muito mais com o intuito de alertar e tentar contribuir. Até porque acho necessário você fazer um pacto, sim, e identificar os principais problemas desses municípios vizinhos de Salvador, como Itaparica, Vera Cruz e Salinas, verificando-se o que o governo do Estado pode fazer para resolver essas questões de fundamental interesse dessas localidades. E falo mais especificamente de Itaparica, onde tenho uma vinculação maior. Tudo isso, repito, antes dessa ponte.

Você imagine a construção dessa ponte Salvador – Itaparica com a manutenção desses mesmos problemas. Na verdade, ficarão ainda mais graves os problemas de infraestrutura, saúde e segurança. Acho que cabe a nós, parlamentares, ficarmos atentos. Já venho discutindo isso há bastante tempo, mostrando que, infelizmente, o atual governo vem abandonando a Ilha de Itaparica sem realizar um investimento de grande porte lá.

Ao fazer essa cobrança, até parece que estou aqui, deputado Gaban, rememorando o passado. Eu me lembro de que em 2010 a grande plataforma, a grande propaganda do governo Jaques Wagner para a sua reeleição era essa ponte Salvador – Itaparica.

E agora, deputado Targino Machado, quando a eleição se aproxima, mais uma vez vemos que o filme continua sendo apresentado da mesma forma, com o governo querendo levar essa obra como o grande salvador da pátria para o projeto do PT no nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o nobre deputado Uziel Bueno. Antes, queria dizer, nobre deputado Leur Lomanto, que V.Ex^a é muito bem representado naquele município.

O Sr. UZIEL BUENO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e todos que acompanham a *TV Assembleia*, foi um prazer muito grande presidir pela primeira vez,

hoje pela manhã. a Comissão de Defesa do Consumidor.

Foi um grande prazer ver que os parlamentares presentes – como os deputados Carlos Brasileiro, que aqui está, Pedro Tavares e Cacá Leão – estão com muita vontade de fazer daquela comissão o megafone dos anseios do povo, em busca de direitos tão desrespeitados não somente neste Estado, mas em todo o Brasil.

Mas a gente vai fazer da Comissão de Defesa do Consumidor, realmente, uma tribuna para defender os baianos, que são tão desonrados pelas empresas que chegam e que serão instaladas ainda neste Estado.

Como disse ontem o nobre deputado Targino Machado, num Estado “Saci Pererê”, onde uma arma da Polícia Militar serve a três e um colete à prova de balas serve a quatro, não nos podemos surpreender, deputado Leur Lomanto, também com um Estado que gasta 40 milhões de reais para fazer uma assessoria quando uma outra empresa pode fazer isso por bem menos: 7 milhões de reais.

É o Estado “Saci Pererê” que também desrespeita, e muito, os professores deste Estado. Hoje eu abri o *site* Bahia Notícias e, pela manhã, no programa de rádio que faço na Tudo FM, trouxemos a notícia de que Professores da Universidade Para Todos ainda não receberam os salários de dezembro! O deputado Sandro Régis falou ontem da educação. A educação neste Estado está desse jeito, deputado Sandro Régis. Os professores da Universidade Para Todos não receberam o salário de dezembro! Enquanto isso, o Governo gasta 40 milhões de reais com uma assessoria para a construção da ponte quando poderia ter sido gasto bem menos.

É o Estado “Saci Pererê”, deputado Targino Machado, e permita-me plagiá-lo, porque frases como essa devem ser repetidas aqui na tribuna. Saiu espontaneamente ontem, mas acho que deve ser repetida para alertar principalmente o Governo do Estado onde efetivamente deve ser gasto ou investido o dinheiro público. Como já disse diversas vezes, o dinheiro público é sagrado, e nós, nobres deputados, devemos honrá-lo, porque é o dinheiro do imposto do trabalhador, é o dinheiro nosso que está ali para ser bem empregado pelo governo. Pois é, espantem-se. Está aqui, vou ler para vocês. Saiu na Imprensa hoje, está estampado na Imprensa hoje e amanhã estará em todos os jornais também: **“Professores do programa Universidade Para Todos (UPT) ainda não receberam os salários do mês de dezembro. Ente financiador do projeto, a Secretaria de Educação do Estado (SEC) não repassou o valor para a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), segundo a coordenadora do Setor Orçamentário...”**, que disse que houve um erro, e os professores, pasmem mais uma vez, só irão receber o salário de dezembro em março! Como é que fica isso para o pobre do trabalhador, do professor, que já ganha muito mal, já enfrenta tantas dificuldades todos os dias, em vez de receber o seu salário em dezembro, vai receber apenas em março? Este é o Estado “Saci Pererê”, nobre deputado Targino Machado.

Nesse tempo que me resta, vou-me solidarizar também com os vigilantes, deputado Carlos Geilson, porque estão numa batalha e numa luta incansável não só em Feira de Santana, como também em Salvador. Irão fazer novamente uma manifestação às 5h da tarde na região do Iguatemi. Acrescento mais ainda, não só os 30% de periculosidade os empresários da Bahia de empresa de segurança devem

respeitar, porque é uma lei federal, está sancionada pela nobre presidente Dilma Rousseff, mas também os porteiros, os vigilantes que trabalham sem armas. Os empresários estão dizendo que só vão pagar na Copa de 2014! Pelo amor de Deus! Disseram que pagaram 18%, mas só vão pagar o restante dos 12% na Copa de 2014. Isso é uma esculhambação, isso é uma falta de respeito com o trabalhador. Como eu sempre digo...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade): - Para concluir, deputado.

O Sr. UZIEL BUENO:- Como o deputado Targino Machado falou ontem, no Estado “Saci Pererê”, tem que se respeitar e respeitar principalmente o trabalhador que zela tanto por este Estado e dá muito por este Estado. Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade): - Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há nenhuma deputada até agora neste plenário, senhores que nos acompanham pela *TV Assembleia*, senhores da imprensa, uma boa tarde para todos.

Sr. Presidente, quero aqui consertar um pouco a fala do deputado Carlos Geilson quando ele disse que o PT abandonou o Sindicato dos Vigilantes. Informe-se primeiro para depois não falar bobagem daqui. E quero dizer ao deputado Uziel Bueno que não vá na onda do deputado Carlos Geilson. Eu já disse a ele aqui uma vez que quem toma conta do partido dos outros esquece do seu. Veja o que é que o seu secretário da Educação do município está fazendo no município.

Então precisamos ter cuidado com certas palavras aqui para não querer espalhar fumaça para esconder o que o seu partido ou o que o seu secretário está fazendo e botar a responsabilidade nos outros.

Deputado Carlos Geilson, o companheiro Boaventura, que é o presidente do Sindvigilantes, está comandando a greve. E eu quero aproveitar também para me solidarizar com essa categoria porque sabemos das suas dificuldades. Dizer aos grandes, médios e pequenos banqueiros – acho que nem há pequeno, nem médio - que eles precisam assimilar a ideia que hoje existe no Brasil da distribuição da riqueza, da distribuição da renda. Sabemos do risco, das dificuldades, do trabalhador vigilante e estamos solidários com a luta deles na greve pelas conquistas e pelas suas reivindicações.

Então queria também, nesse momento, fazer coro à fala do deputado Álvaro Gomes e dizer, deputado, que precisamos colocar também na nossa pauta o papel desse Parlamento, porque ficar aqui achando ou apoiando que nós só servimos para votar e homologar projetos oriundos do Executivo é uma descaracterização do nosso papel e da nossa função. Isso não é culpa do nosso governador, isso é resquício da ditadura militar que diminuiu o Poder Legislativo, todo mundo sabe disso. E se não tivermos muita criatividade e não tiver uma ligação profunda com os trabalhadores ou com os movimentos sociais, realmente, vamos ficar nesta Casa sem ter muito o que fazer.

E, deputado Uziel, colocaram o meu nome, no início, para fazer parte dessa Comissão, mas o fato é que já estou na Comissão dos Direitos da Mulher, suplente da CCJ, vice-Líder da Bancada do PT e ainda estou pleiteando a presidência da Comissão Extraordinária para Discussão/Análise da Reforma Política do nosso Brasil. É uma Comissão que não tem despesa nenhuma, é para que contribuamos com o debate da reforma do sistema político, porque ou nós fazemos isso para salvar a política ou estaremos todos derrotados. A campanha que se faz, inclusive, contra os políticos é uma coisa equivocada. Acho que é uma missa encomendada, sabemos de onde parte e qual é o seu objetivo.

Por isso eu queria dizer aqui aos companheiros deputados que mesmo sem estar fazendo parte da Comissão de Defesa do Consumidor também me solidarizo com a luta pelo não pagamento do estacionamento nos *shoppings*. Sabemos que os *shoppings centers* têm grandes empresários, têm suas receitas próprias. E, para mim, cobrar estacionamento é uma coisa equivocada. Mesmo sem fazer parte da Comissão, o nosso mandato tem o expediente de estar sempre nas ruas junto à população. E eu quero convidá-los - estamos agendando a ida para a porta de alguns *shoppings* para, inclusive, ouvir os usuários. Que coloquem lá uma fiscalização para quem faz o uso indevido dos estacionamentos. Agora vou para o *shopping* gastar o meu dinheiro e ainda pagar uma tarifa alta como já estamos pagando em alguns prédios, alguns condomínios de médicos e outros lugares mais? Então quero dizer que contem comigo na luta pelo não pagamento do estacionamento.

Quero voltar a dizer que eu havia feito uma jura que toda vez que subisse a esta tribuna iria pedir ao presidente da Casa, neste momento representado pelo deputado Rogério, que nos ajude a destravar e saber qual o motivo que não se vota projeto de deputado. Não tem cabimento! Eu tenho vários projetos como o da tribuna popular, projetos ligados ao direito das mulheres, já li aqui da tribuna vários projetos que temos interesse de que sejam aprovados, mas ninguém sabe aonde é que anda, ninguém sabe onde está e não sai da gaveta dessa ou daquela Comissão.

Então espero que V.Ex^a, que está representando o presidente neste momento, coloque também na pauta da Mesa esta minha proposta, e consigamos trazer para aqui, para discutir, debater e aprovar projetos de autoria de deputados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Antes de passar a palavra ao deputado Joseildo Ramos, gostaria de dizer a V.Ex^a que hoje, pela manhã, esse assunto foi muito debatido na reunião da Mesa. Nós, membros da Mesa, estamos buscando uma forma, uma maneira de agilizar a votação de projetos de autoria de deputados, inclusive estabelecendo em acordo, um prazo para que as comissões e os presidentes das comissões se comprometam a colocar em votação e apreciar esses projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):-Com a palavra o nobre deputado o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada Luiza Maia, única presente aqui nesse instante, subo a esta tribuna para tratar de uma situação que diz respeito também à apresentação de um projeto de lei. O nosso País tem avançado no seu arcabouço legal, tratando de aspectos importantes de inclusão social, proteção de minorias, etnias, avançou bastante no Código de Defesa do Consumidor dentre outros temas. Mas, ainda sobrevive com mazelas que ferem a dignidade do nosso País. Recentemente, me parece que ontem, a polícia desbaratou uma quadrilha e resgatou dezenas de trabalhadores baianos que estavam trabalhando em outro estado na condição análoga, à condição de escravo.

Recentemente, no Estado de São Paulo foi votado à unanimidade um projeto que trata dessa questão, e restringe definitivamente a vida de empresas que se utilizam e se beneficiam do trabalho escravo. Nessa direção, peço o apoio dos meus pares quando apresento um projeto de lei que dispõe, de igual modo, sobre a cassação da inscrição do cadastro do ICMS das empresas que comercializam produtos, cuja fabricação de forma direta ou indireta tenha sido objeto de trabalho escravo ou análogo. Também empresas que incorrem nesse processo com esses problemas ficariam impedidas de contratar com o poder público estadual, e também de receber os benefícios fiscais ou administrativos concedidos por órgãos ou entidades da administração pública do Estado da Bahia.

Esse projeto de lei dá a possibilidade de toda a sociedade, principalmente os comerciantes, exercerem vigilância direta sobre as empresas que possam vir a produzir, locupletando-se direta ou indiretamente do trabalho escravo, análogo a essa condição ou também que fira a dignidade da pessoa humana.

O Brasil não pode continuar convivendo com essas mazelas depois de mais de 500 anos de história. Essa lei, recentemente do Estado de São Paulo, foi votada à unanimidade, e nós apresentamos a este Parlamento aqui na Bahia uma versão do projeto incluindo a proibição de que as empresas que se utilizem, repito, direta ou indiretamente do trabalho escravo, possam contratar com o poder público estadual.

Estarei tratando da matéria com algumas Secretarias de Estado, com o Ministério Público do Trabalho, com o Ministério do Trabalho e sua representação aqui no Estado da Bahia, e deveremos ampliar essa discussão em alguns fóruns, algumas universidades, para que este projeto contribua para fechar o cerco àquelas empresas que ainda continuam utilizando-se do trabalho degradante e auferindo lucros a partir da falta de dignidade daqueles que estão vertendo seu suor para levar o pão de cada dia para suas casas.

Então este projeto vem do vácuo da legislação que trata da matéria, trazendo uma oportunidade para que a Bahia avance no sentido de que sejam penalizados com a perda de inscrição do cadastro do ICMS empresas e comerciantes que estiverem vendendo produtos fruto de trabalho escravo aqui no Estado.

Portanto, apresentamos este projeto, Sr. Presidente, e pedimos o apoio de todos os pares para que fechemos o cerco a essa condição que nos envergonha - não só ao Estado da Bahia, mas também ao Brasil como um todo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Srs. Deputados, haja visita que houve um acordo entre as Lideranças da Maioria e Minoria, gostaria de estender o Pequeno Expediente por mais 20 minutos.

Com a palavra o nobre deputado Zé Raimundo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, dos gabinetes, imprensa, ainda continua a preocupação de toda a Bahia com a seca, pois, apesar das chuvas do final do ano passado e de janeiro, fevereiro, muitas regiões continuam ainda com índices abaixo da média dos últimos anos, e as previsões dos órgãos e institutos de climatologia não são boas. Por isso, estamos preocupados particularmente no Sudoeste baiano, no sertão produtivo e no Médio São Francisco, região amplamente recortada pelo semiárido baiano. Então estamos, junto ao governo estadual e aos órgãos federais, trabalhando e lutando além da situação emergencial, que ainda vai prevalecer este ano, para que possamos neste contexto começar obras reestruturantes.

Nesse sentido, gostaria mais uma vez de dizer da importante colaboração do governo Jaques Wagner, dos seus secretários e do deputado federal Waldenor Pereira. Ontem, em Brasília, o nosso querido Waldenor esteve em reunião com o Dr. Elmo Vaz e vários prefeitos da região do Vale do Iuiú, tratando de um projeto de irrigação e fixação de captação de água naquela região. Os estudos praticamente já estão concluídos, e em breve sairá o projeto de licitação para a elaboração do projeto executivo naquela região.

Da mesma forma, também o Diário Oficial publica a conclusão dos estudos preliminares para o projeto executivo da Barragem do Morrinho, na região do Vale do Rio Gavião, que vai beneficiar vários municípios, em especial Jânio Quadros, Piripá e outros próximos.

Gostaria, também, de dizer que o governo do estado continua firme na contratação emergencial de carros-pipas. Podem ler o Diário Oficial, pois há várias dispensas de licitação para que sejam agilizados os processos de contratações desses carros-pipas. Vários municípios estão sendo contemplados como Presidente Jânio Quadros, Malhada de Pedras, Encruzilhada e mais tantos outros municípios que estão nesta mesma situação de emergência na região do Sudoeste da Bahia.

Quero, também, Sr. Presidente, dizer da importante decisão do governo do estado em colocar duas secretarias em andamento. O secretário José Sérgio Gabrielli está percorrendo vários territórios, fazendo um diálogo em termos de levantamento do PPA, do que foi planejado nos PPAs, para adequar esse planejamento em ações efetivas do governo.

A segunda grande ação é a do secretário da Casa Civil, Ruy Costa, que está também no comitê de defesa ao combate à seca, aos efeitos da seca, reunindo vários municípios em todo Sudoeste da Bahia. Nos dias 8 e 9, haverá uma grande reunião. É uma reunião planejada também para o sertão produtivo no mesmo período. Logo em seguida, o Velho Chico, da região de Carinhonha, e do outro lado do São Francisco, também, reunirão aqueles municípios para tratar dessa questão.

Esta é uma experiência muito interessante, porque envolve toda sociedade civil sem nenhuma discriminação partidária. Todos os prefeitos estarão presentes assim como as câmaras de vereadores, a sociedade civil organizada, enfim, todos os órgãos do governo debaterão ações de curto e médio prazo.

Por isso, Sr. Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, parabenizar o nosso governo por esta ação que mostra que o nosso governo não é um governo Saci Pererê, pois tem muitas pernas, muitos braços e muitas mãos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente, apesar da ausência da deputada Luiza Maia que estava aqui até há pouco, eu não poderia deixar de solicitar à eminente deputada que entre em sintonia com os vereadores do PT da Câmara Municipal de Salvador, porque, lá, na câmara municipal, todos os vereadores do PT diziam que o secretário de Educação do governo João Henrique, nosso colega e deputado João Carlos Bacelar, era o melhor secretário que já houve na história de Salvador, que era o único que tinha competência e qualidade para continuar como secretário. Essas são palavras dos vereadores do PT. Queriam dar-lhe a candidatura da vice-prefeitura. Ele recuou naturalmente. Então, a deputada, para fazer críticas a João Bacelar, primeiro, tem de sintonizar o seu discurso com os vereadores da câmara municipal.

Mas eu gostaria de subir a esta tribuna, também, para parabenizar o deputado Leur Lomanto Júnior. Deputado Leur Lomanto Junior, V.Ex^a traz um assunto que tem de ser aprofundado por esta Casa com relação à oportunidade ou não de se falar sobre a ponte Salvador-Itaparica neste momento.

Todos nós sabemos, e não é de hoje, deputado, que não existe serviço de esgotamento sanitário na ilha de Itaparica. Isso não existe. A cada ano, diminui o número de veranistas que estão lá. A atividade turística para lá, praticamente, inexistente. A única atividade turística que há na ilha de Itaparica são as lanchas que vão lá dar um passeio e vão embora.

O esgotamento sanitário da ilha de Itaparica é jogado, praticamente, no mar. Não há uma estrutura hoteleira. Não há estrutura de hospitais. Deputado Targino Machado é médico e sabe disso, assim como também sabe deputado Carlos Geilson apesar de ser de outra área.

Aliás, chama a minha atenção, também, um outro ponto que V.Ex^a colocou, deputado Leur Lomanto Junior: é o valor de 40 milhões sem licitação. Há dois anos, à época de eleição, este mesmo governo falava da ponte Salvador-Itaparica, pois eles diziam haver estudos que já comprovavam a sua viabilidade através da PPP para a sua construção.

Nós sabemos não existir estudo nenhum sobre a viabilidade que comprava isso pelo baixo fluxo que tem, mas isso é outra história.

Se há dois anos na época da eleição, o governo Wagner falava que iria fazer

essa ponte, mas esqueceu durante dois anos. Por que, então, não se fez um processo licitatório durante esses dois anos? Essa é a pergunta inicial. Gastar 40 milhões de reais sem um processo licitatório para dar a uma empresa que agrada os interesses do governo, não sei quais. Se tem a Fundação Getúlio Vargas, tradicional, conhecida no Brasil inteiro, e que poderia fazer esse mesmo estudo por sete milhões.

São tantas contradições, tantos problemas, mas o fundamental seria discutir, primeiro, deputado Uziel, se um governo que não consegue colocar o *ferry-boat* em condições de atender à população – vide o que aconteceu no Natal e na passagem do Ano, com filas intermináveis, um *ferry-boat* funcionando, poderia gastar esses 40 milhões talvez comprando dois *ferry-boats*? Não sei os valores, mas deve dar para comprar dois *ferrys* novos –, não consegue administrar um *ferry-boat* e quer falar em implantar uma ponte Salvador-Itaparica, com uma demanda de infraestrutura tão grande lá para ser resolvida, e ainda não foi.

Gostaria de aproveitar, também, primeiro para dizer: 58 dias, meu caro presidente, 58 dias sem a senha. O governo do Estado não quer ser fiscalizado, tirando uma prerrogativa que é do Poder Legislativo de ter as informações necessárias para fiscalizá-lo. Estão tirando o direito e não estou vendo o governo dar uma resposta. Ontem falei com o presidente Marcelo Nilo que disse desconhecer esse assunto e que iria tomar providências. Mais uma vez, estou cobrando as providências, desta vez ao presidente.

Finalizando, com a tolerância de V.Ex^a, no ano passado, todos os projetos que foram aprovados pelo plenário da Casa, todos eles, sem exceção, vieram direto para cá sem discussão. Por que? Porque nas comissões deixaram de passar, primeiro, os dez dias de pauta, depois quinze dias nas comissões. Acabam com o prazo e vem direto para cá sem discussão. Não podemos continuar discutindo...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Concluindo, não podemos continuar discutindo projetos dentro do plenário. Aqui não se discute nada. Ou aprova ou rejeita. Os projetos virem como vieram no ano passado, não vamos permitir. Só para atenção dos membros que tem os presidentes das comissões, tem três projetos hoje circulando na Casa: um para reestruturar o Conselho Estadual de Entorpecentes; outro que dispõe sobre o subsídio mensal do Ministério Público e outro que cria cargos e muda a estrutura do Derba. Olha um assunto importante para discutir. Criação de cargos num momento em que o Estado tem dois bilhões, 640 milhões em débito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Augusto Castro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa, venho à tribuna desta Casa na tarde desta quarta-feira para manifestar o repúdio com relação à importação, deputado Pedro Tavares, de cacau em nosso país.

No próximo dia 5 de março, no Porto de Ilhéus, estará acontecendo uma manifestação dos produtores de cacau da nossa região, deputado Pedro Tavares, próximo dia 5, na cidade de Ilhéus, no Porto de Malhado, uma manifestação dos produtores de cacau, em função de produtos como o cacau estarem vindo num navio para o porto. São produtos provenientes de importações que o cacau, hoje, gera no País. Essa manifestação que a Região Sul da Bahia assiste é legítima, porque o preço do cacau, hoje, está na média de 58 a 65 pela tonelada, e com o preço da arroba os investimentos da nossa região acabam sendo inviabilizados. As importações de cacau acabam gerando uma insegurança muito grande.

Precisamos apoiar... Esta Casa, com certeza, apoiará essa manifestação, porque o preço que hoje é praticado não sustenta a lavoura do cacau. Quero contar com o apoio desta Casa e do segmento organizado e dizer da importância desse manifesto, desse evento para pressionar o governo federal a adotar medidas em favor da cultura do cacau, porque está sendo praticada uma importação que acaba gerando uma quantidade de produtos no Sul da Bahia e na indústria de cacau que força a indústria do chocolate a comprar produtos importados. É importante que a Comissão de Agricultura e Política Rural e que o Plenário desta Casa se manifestem em favor dos produtores de cacau. Inclusive, eu e o deputado Pedro Tavares, em conversa recente, temos a proposta de viabilizar, nesta Casa, uma frente em defesa da cacauicultura. Precisamos contar, aqui, com o apoio de todos os parlamentares votados na Região Sul da Bahia e também dos deputados votados, claro, em outras regiões, mas que tenham na região do cacau um símbolo do desenvolvimento.

Dia 05 de março, aqui, nesta Casa, espero que deputados da região se manifestem em defesa dos produtores, porque os produtos, hoje, estão com preço impossível de praticar no mercado local. Isso gera uma insegurança muito grande, Sr. Presidente. Agradeço a atenção. Quero, aqui, contar com o apoio do deputado Luciano Simões, do deputado Leur Lomanto Junior que é filho de cacauicultor e sabe, deputado Targino Machado, da importância dessa manifestação na cidade de Ilhéus, no dia 05 de março, contra a medida do governo federal.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bahia e o semi-árido baiano vivem os seus piores dias. Enquanto o povo morre na seca, bebendo água suja de carro-pipa em municípios do porte, deputado Rogério Andrade, de Senhor do Bonfim, município que se assemelha a Santo Antônio de Jesus... Imagine o senhor, Santo Antônio de Jesus sendo servido por carro-pipa. No sorteio! O povo brigando com latas na rua! Jaguarari da mesma forma, Itiúba da mesma forma e Ponto Novo da mesma forma.

Na condição de deputado, eu me sinto enfraquecido ao ver, deputado Carlos Brasileiro, V. Ex^a que é filho de Senhor do Bonfim, de Quicé, aquelas placas em toda

a estrada, colocadas há dois anos, em que o governo dizia à população baiana que o programa Água Para Todos tinha resolvido o problema da Bahia. Foram aplicados – deve estar lá enterrado debaixo do chão – R\$ 60 milhões! O governo prometia a solução! Será que a Embasa não sabia da seca que se aproximava? Será que a Secretaria de Recursos Hídricos não calculou o potencial da barragem que dá assistência aquelas populações? O que acontece?

Como eu creio e acredito que a Oposição deve ser construtiva, eu pediria ao governador e aos secretários que, ao invés de anunciarem os 7 bilhões, os 8 bilhões da Ponte Salvador/Itaparica – que não se realizará – e de pagarem R\$ 40 milhões para fazer o diagnóstico da ponte, diagnóstico que já foi feito há 20 anos pela Empresa Norberto Odebrecht, tomassem ações efetivas quanto ao semiárido baiano. Ações efetivas de governo! Notem, Srs. Deputados Carlos Geilson e Targino Machado, que a região de Feira de Santana, envolvendo Ipirá, Itaberaba, Serrinha e adjacências, detém na pecuária baiana quase 40%.

Hoje, deputado Carlos Brasileiro, os Estados do Paraná e de São Paulo dispensaram o ICMS para a aquisição de máquinas agrícolas por parte de pequenos, médios e grandes produtores. E isso foi feito porque a seca naqueles estados é temporária, não é como na nossa região Nordeste, que é praticamente permanente. Todos sabem quando a seca deve ocorrer no Oeste, Nordeste e Norte da Bahia.

Pediria, em nome desses pequenos, médios e grandes produtores, que na Bahia, por causa da seca, o governo também isentasse do ICMS as máquinas agrícolas de produção, para que assim as associações, as cooperativas e os produtores tivessem uma diminuição no custo desses equipamentos. Notem os senhores que se o governo isentar, por exemplo, um trator 275, que é o mais usual, ele será comprado pelo pequeno produtor ou por uma associação por quase R\$ 15 mil a menos no custo.

Peço ao governador que seja sensível a uma solução, porque praticamente 70% do que existia de capim nos pastos da Bahia foram dizimados pela seca. É preciso se reconstituir esses pastos para que os rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos se restabeleçam no nosso Estado. Pediria que o governador, demonstrando que realmente tem interesse no progresso, no desenvolvimento do pequeno e do médio produtor, determinasse, através de um ato legal, que a Secretaria da Fazenda isentasse do ICMS as máquinas agrícolas na Bahia. Assim ele favoreceria aqueles que agora estão na esperança de chuva, querendo recuperar suas roças e pastagens.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Haja vista a existência de mais um acordo entre os Líderes, gostaria de prorrogar... Cabe aos Srs. Líderes decidir.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, gostaria de saber se o nosso nome está na relação.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Não.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Então terá de ser feito outro acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Só depende das partes.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Gostaria de solicitar de V.Ex^a uma verificação de quórum nominal para a continuidade da presente sessão. Nominal, porque aí vamos dar oportunidade a três de se inscreverem durante os 15 minutos. Inclusive, se for do interesse de V.Ex^a, faça vista grossa e deixe falar mais cinco.

Peço, Sr. Presidente, que acione as campainhas convidando os Srs. Deputados para se fazerem presentes, zerando o painel e abrindo o tempo de praxe, de cinco minutos, porque não consta do regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Ex^a será atendido, nobre deputado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, o nobre deputado Targino Machado já se antecipou e pediu a V.Ex^a que zerasse o painel e contasse o tempo de quinze minutos.

Mas, queria, nesta questão de ordem, falar a respeito de um problema que aconteceu com o Hospital Especializado Dom Rodrigo de Meneses, em Cajazeiras. O Secretário Jorge Solla querendo fazer a ampliação do Instituto Couto Maia, simplesmente, não informou às lideranças, daquela localidade, como ficaria o atendimento das pessoas que têm hanseníase e estavam sendo assistidas por aquele hospital.

Nós procuramos conversar com o secretário, ontem, e queremos dizer a todas aquelas pessoas que fiquem tranquilos porque o atendimento continuará, tanto lá como no Hospital Couto Maia.

Embora esta não seja propriamente uma questão de ordem, agradeço a V. Ex^a e peço que zere o painel e faça a contagem do tempo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria de solicitar à assistência que, por gentileza, zere o painel e conte os 15 minutos.

O Sr. Marquinho Viana:- Questão de ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Marquinho Viana pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. Marquinho Viana:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, na realidade queria usar meu tempo de representação partidária no período de dez minutos, mas como a sessão está para cair farei uma questão de ordem.

Tenho algumas demandas que gostaria de falar sobre o município. Mas, trago aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma reivindicação que fiz ao Tribunal de Justiça da Bahia referente ao município de Buritirama.

Pedi ao nobre presidente do Tribunal de Justiça que retorne o cartório daquele município, porque está causando um enorme transtorno aquela população.

O município de Buritirama...

(Lê) “Situado na região do São Francisco, Buritirama fica a 650km de Salvador, tendo cerca de 22 mil habitantes e 14.610 eleitores. Durante muitos anos o município sediou uma extensão do Cartório que pertencia à Comarca de Barra, onde eram atendidos a população de Buritirama e os moradores da área rural de Barra e de Pilão Arcado. No entanto, há dois anos a extensão do cartório que contava com dois serventuários moradores de Buritirama, deixou de existir, penalizando a população não só de Buritirama, como dos habitantes das áreas rurais dos municípios mencionados, que para ter atendimento precisam se deslocar até Barra, que dista cerca de 96km, sendo que 64km de estrada de barro.

Assim é que, em nome da população de Buritirama, solicitei ao egrégio Tribuna de Justiça, na pessoa do Excelentíssimo Presidente Desembargador Mário Alberto Hirs, através de ofício, que faça retornar o cartório à sede do município de Buritirama, por entender que os cartórios precisam ter lucro, mas, acima de tudo, precisam cumprir sua função social.”

Então, há municípios que não precisam ter lucro. Há os municípios que, realmente, têm aquela dificuldade, como é o caso de Buritirama, uma população carente, uma região pobre. O Estado e o Tribunal de Justiça têm que reaver esses casos, porque é um problema social, para atender a população, precisa deslocar a população carente, o transporte difícil, um acesso de 96 quilômetros de estrada de barro. Não dá para atender àqueles moradores. Essa é a reivindicação que fiz ao Tribunal de Justiça e gostaria que nosso presidente nos atendesse.

O outro assunto que queria falar, Nobre Presidente, colegas deputados, é que está no Diário Oficial de hoje a indicação da diretoria de biodiversidade, está nos quadros do Governo do Estado, Dr. João Daniel Machado de Castro será diretor do INEMA. O governador, junto com o secretário, escolheu bem o João Daniel, sendo prefeito da cidade de Riacho Santana, vice-Prefeito por suas vezes, secretário de obras por duas vezes, assessor da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. De modo que o governo do Estado ganhou ao trazer João Daniel para os quadros de auxiliares que irá ajudar muito não só a Bahia, mas também todos os seus habitantes.

Então, nobre presidente, Srs. Deputados, essa é a questão de ordem que tinha a fazer. Em breve, no horário das representações partidárias, irei falar mais detalhadamente da instalação da agência do Banco do Nordeste em Barra da Estiva.

Muito obrigado.

O Sr. José de Arimatéia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado José de Arimatéia pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. José de Arimatéia:-Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para deixar registrado que hoje, pela manhã, tivemos a instalação da Comissão de Saúde e Saneamento Básico desta Casa, que ficou composta da seguinte forma: Presidente, deputado José de Arimatéia; vice-Presidente, deputada Graça Pimenta; membros, deputados Alan Sanches, J. Carlos, Kelly Magalhães, Maria Luiza, Sargento Isidório, Tom Araújo. Membros suplentes: deputados Coronel Gilberto Santana, Mário

Negromonte Júnior, Sidelvan Nóbrega e Timóteo Brito.

Mais uma vez, quero aqui agradecer, Sr. Presidente, ao Bloco PP/PRB/PSL que, mais uma vez, confiou a mim a presidência desta comissão. Darei continuidade ao trabalho que ela vem fazendo em prol do povo baiano.

Era isso que eu gostaria de registrar.

Mais uma vez, agradeço a todos pela confiança.

O Sr. Jurandy Oliveira:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Antes de conceder pela ordem ao nobre deputado Jurandy Oliveira, gostaria de, mais uma vez, soar as companhias e convidar os Srs. Deputados a comparecerem ao plenário, haja vista a existência de um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Concedo questão de ordem ao deputado Jurandy Oliveira por até cinco minutos.

O Sr. Jurandy Oliveira:- Quero aproveitar, nobre presidente Rogério Andrade, para parabenizá-lo e cumprimentá-lo por está presidindo esta sessão, nesta tarde. V.Ex^a que tem-se destacado nesta Casa e, com certeza, continuará prestando serviço não só à Bahia, mas ao Brasil pela sua competência e dedicação.

Mas meus amigos, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr. Presidente, tenho uma informação a prestar aos companheiros desta Casa que têm me perguntado a respeito da renúncia da nossa prefeita um mês depois de assumir o mandato em Ipirá.

A Dr^a Ana Verena, médica, credenciada, não desejava ser candidata à Prefeitura de Ipirá. Entretanto, seu esposo, o Dr. Antonio Colonezzi, médico, líder político que já tinha sido prefeito, estava numa condição de impedimento pela Justiça. Ele foi lançado, mas, faltando três semanas, o grupo chegou à conclusão de que era arriscado continuar com o seu nome, ganhar a eleição e não governar.

O grupo político do Dr. Antonio insistiu com a Dr^a Ana Verena para que fosse a nossa candidata a prefeita pelo PR de Ipirá. Ela insistia em não ser candidata, porque, dedicada à medicina, sempre achou que a sua praia era a medicina, que faz com muita competência. Todavia, a insistência do grupo levou a Dr^a Ana a aceitar a candidatura, e ela o fez com muita competência e brilhantismo. Apenas a três semanas de eleição, a Dr^a Ana conseguiu uma vitória contra o grupo da Oposição. Ipirá muito já sabe o que é “macaco” e “jacu”, e a turma do “jacu”, mais uma vez, perdeu a eleição, e a “macacada” ganhou, e ganhou, segundo a minha interpretação, pela entrada da Dr^a Ana Verena, que prestou relevantes serviços ao grupo.

Todavia, após 15 dias, ela pediu uma licença, como já disse, porque não estava com desejo de deixar a medicina para fazer administração, e como na chapa foi eleito o vice-prefeito Dr. Ademildo, indicação do PT para a coligação, naturalmente que o Dr. Ademildo, ex-vereador, ex-secretário da Saúde, um homem de bem, assumiu.

Claro que nesse momento houve um série de interrogações. A mudança de governo num município pequeno, no início da gestão, trazia a todos nós uma preocupação. De acordo com os entendimentos com o Dr. Ademildo, vice-prefeito e hoje prefeito de Ipirá, ficamos todos cientes de que ele haveria de conduzir a gestão, e, como ele mesmo disse na posse, conduzir o governo municipal representando o

grupo da “macacada”. Ele apenas sabia que a prefeita foi eleita do grupo da “macacada”. Como ele era o vice, estava assumindo e assumia com a consciência de que o nosso grupo participaria do governo com as secretarias que foram acertadas. Temos lá oito vereadores, o PT tem um vereador. Nós temos maioria e temos bastante esperança de que o Dr. Ademildo, hoje prefeito de Ipirá, haverá de fazer um governo de conciliação, um governo de concordância, um governo que trará para o município de Ipirá grandes benefícios, inclusive porque, além de ser uma pessoa dedicada, honrada, conta com o apoio dos governos federal e estadual, e Ipirá, um município com 43 mil eleitores, temos certeza de que haverá de usufruir dos frutos e da dedicação do atual prefeito, Dr. Ademildo. Naturalmente, algumas providências foram tomadas, e nós estaremos sendo beneficiados.

Era isso que eu queria dizer nesta Casa, para o conhecimento dos colegas e para o conhecimento da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade): - Antes de passar a palavra ao próximo orador pelos dois minutos e meio restantes, gostaria de agradecer ao deputado Jurandy pelas palavras elogiosas.

Passo a palavra, pelo tempo de 2 minutos e 27 segundos, ao deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero justificar a minha solicitação de verificação de quórum. Foi pelo fato de os 25 minutos do Grande Expediente pertencerem ao nosso Bloco Parlamentar e seriam usado por mim. Entretanto, não achei conveniente usar o tempo em um Plenário vazio. Por isso, solicitei a verificação de quórum.

Mas, para encerrar quero, dizer que não sei se a sorte é cega ou enxerga demais. A minha sorte é cega, mas a de determinados companheiros nesta Casa enxerga demais, como é o caso do nobre deputado Jurandy Oliveira. Em tempos pretéritos, em uma eleição da Mesa Diretora, aguerrida, com uma disputa severa entre os deputados Antonio Honorato e Isaac Marambaia, o deputado Jurandy Oliveira obteve 63 votos, a unanimidade desta Casa, coisa que nunca existiu.

Em outra oportunidade, ele deixou o cavalo passar selado, porque não aceitou ser candidato a vice na chapa do seu grupo político. A prefeita eleita renunciou, se não me engano por razões de saúde, e a sorte do deputado Jurandy enxerga tanto que ele é a única pessoa que irá mandar no PT sem ser do PT. O deputado Jurandy Oliveira tem prefeito até no PT.

Parabéns, deputado Jurandy Oliveira. Quando a sorte de V.Ex^a se apagar, desejo que ela venha para mim.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Considerando a presença de apenas 11 Srs. Deputados, número insuficiente para a continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*